



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

RECIBO DE RETIRADA

PREGÃO N.º 01 / 2019

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

DDD-TEL: _____ DDD-FAX: _____

CNPJ: _____ E-MAIL: _____

NOME - PESSOA PARA CONTATO: _____

OBJETO: Locação de licença de uso anual de Sistema de Controle Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, bem como de Relatório de Gestão para o Sistema COFFITO/CREFITOS, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Recebi do CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, o EDITAL DO PREGÃO em referência, cuja realização se dará às **10 horas (horário de Brasília), do dia 14 de maio de 2019.**

Processo composto de:

Edital de Pregão n.º 01/2019

- a) Anexo I - Termo de Referência
- b) Anexo II - Termo de Contrato (MINUTA)

_____ (local), __ de _____ de 2019.

ASSINATURA

PARA FORMALIZAÇÃO DO INTERESSE DE PARTICIPAR NESTA LICITAÇÃO, A EMPRESA DEVERÁ REPASSAR ESTE RECIBO, DEVIDAMENTE PREENCHIDO, PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO COFFITO, ATRAVÉS DO E-MAIL LICITACAO@COFFITO.GOV.BR.

A NÃO REMESSA DESTES RECIBOS, EXIME A COMISSÃO DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUAISQUER INFORMAÇÕES ADICIONAIS.



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREGÃO N° 01 / 2019

Processo n°. 22/2018

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

1. DO OBJETO.....	03
2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	03
3. DO ENVIO DA PROPOSTA.....	05
4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	07
5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA.....	11
6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	16
7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.....	19
8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.....	19
9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	19
10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	20
11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	20
12. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA.....	22
13. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE.....	24
14. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO.....	26
15. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES.....	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26

ANEXOS E MODELOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	28
ANEXO II - TERMO DE CONTRATO (MINUTA).....	52



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREGÃO N° 01 / 2019

Processo n°. 22/2018 - LP

PREÂMBULO

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Autarquia Federal, que por delegação do poder público exerce o serviço de fiscalização da profissão de Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, instituído pela Lei n° 6.316 de 17 de dezembro de 1975, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei n° 8.666/93, Decreto n° 5.450/05, Decreto n° 7.174/10 e, as respectivas alterações e demais legislação correlata, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e em seus Anexos, informa que realizará LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE**, nas condições abaixo estabelecidas:

Data e horário da abertura da sessão do Pregão: 14/05/2019 às 10H

Data e horário de início de recebimento das propostas: 30/04/2019 às 08H

Data e horário de término para recebimento das propostas: 14/05/2019 às 10H

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 925168

1. DO OBJETO

1.1. Locação de 01 (uma) licença de uso anual de Sistema de Controle Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, bem como de 01 (um) Sistema de Relatório de Gestão para cada um dos 19 (dezenove) integrantes do Sistema COFFITO/CREFITOS, divididos em 02 (dois) Lotes, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no §3° do artigo 8° da IN SLTI/MP n° 2, de 2010 e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao COFFITO responsabilidade por eventuais



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros

2.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

2.2.2. a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a elas equiparada;

2.2.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

2.2.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.2.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.2.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

2.2.7. A licitante apta ao exercício do direito de preferência estabelecido no Decreto n.º 7.174/2010 deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos previstos na legislação

2.3. Não poderá participar deste **Pregão**:

2.3.1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCU, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.3.3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.4. empresário proibido de contratar com o Poder Público, em



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

2.3.5. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.3.6. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

2.3.6.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.3.7. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.3.8. empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.9. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

2.3.10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.12. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.13. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3. DO ENVIO DA PROPOSTA

3.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

3.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

verdadeiras suas propostas e lances.

3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

3.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3.7. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

3.8. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

3.9. A proposta deverá ser formulada contendo a descrição clara do objeto de acordo com as informações constantes do Termo de Referência, devendo ser informado o VALOR GLOBAL dos Lotes que compõem o objeto da contratação;

3.9.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, devendo os licitantes informar os valores unitários e totais de sua proposta, além de estar em consonância com as disposições estabelecidas no Termo de Referência.

3.10. O licitante deverá declarar em sua proposta que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços. Na falta de tal declaração, será considerada como aceita esta condição.

3.11. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.12. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.12.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

3.12.2. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.12.3. O **Pregoeiro** deverá suspender a sessão pública do **Pregão** quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

que trata o art. 22, § 2º, do Decreto n.º 5.450/2005, irá perdurar por mais de um dia.

3.12.3.1. Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via *chat*, mensagens às **licitantes** informando a data prevista para o início da oferta de lances.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

4.1.A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2.0 Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

4.3.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.4.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.5.0 sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.6.0 sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.7.Iniciada a etapa competitiva, que tem duração prevista inicialmente de 01 (uma) hora, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.8.As propostas serão consideradas, para efeito de julgamento, pelo MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL, POR LOTE.

4.9.Quanto à aceitabilidade da proposta vencedora, não será aceito proposta ou lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado para cada item, ou apresentar preço manifestamente inexequível.

4.10. Os PREÇOS GLOBAL E UNITÁRIO (quando necessária sua apresentação), deverão conter no máximo duas casas decimais após a vírgula.

4.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Edital.

4.12. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.

4.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.16. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo pregoeiro.

4.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.18. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

4.19. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

4.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

4.21. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as participantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas a elas equiparadas, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

4.22. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

4.23. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

4.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

4.25. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como, a aplicação das regras do direito de preferência para os bens de informática e automação, disposto no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

4.26. Entende-se por empate, para fins da aplicação do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada, também, por uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte (art. 44, §§ 1º e 2º, e art. 45, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006).

4.27. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, será procedido da seguinte forma (art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006):

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, inciso I e § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006);

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito (art. 45, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006);

c) No caso de equivalência dos preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado, automaticamente, sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006).

4.28. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será assegurada preferência na contratação, nos termos do



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da seguinte forma:

4.29. Classificação dos licitantes cujos lances finais estejam situados até dez por cento acima do melhor lance válido, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;]

4.30. Convocação, dos seguintes tipos de licitantes, sucessivamente, para que possam oferecer novo lance para igualar ou superar o melhor lance válido, caso em que será declarado vencedor do certame:

a) microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas a elas equiparadas que tenham bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).

b) demais empresas que tenham bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB);

c) microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas a elas equiparadas que tenham bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

d) demais empresas que tenham bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

e) microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas a elas equiparadas que tenham bens e serviços produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB);

f) demais empresas que tenham bens e serviços produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).

4.31. Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas neste edital, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. 7.21.4 Os procedimentos operacionais para o direito de preferência serão conduzidos pelo Pregoeiro uma vez que o sistema eletrônico Comprasnet não está adaptado para aplicação de margem de preferência por grupo.

4.32. Para o exercício do direito de preferência, as licitantes deverão apresentar, juntamente com a sua proposta, declaração, sob as penas da lei, de que atendem aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, bem como a comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos nas alíneas do subitem 4.30.

4.33. A efetiva comprovação do atendimento ao PPB dos bens de



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

informática e automação ofertados, para fins do que dispõem as alíneas a, b, e e f do subitem 4.30, será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto no 6.008, de 29 de dezembro de 2006, os quais deverão ser enviados quando solicitado pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico Comprasnet;

4.34. A comprovação prevista neste subitem será feita:

a) eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA;

b) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

4.35. No caso de serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no país, também deverá ser comprovado através de documento emitido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, quando solicitado pelo pregoeiro.

4.36. Os procedimentos operacionais estabelecidos nos subitens 4.26 e 4.28 serão conduzidos automaticamente pelo sistema eletrônico Comprasnet ou, caso o sistema ainda não esteja alterado para operar automaticamente, será conduzido pelo Pregoeiro, com a utilização do Chat.

4.37. A licitante que tenha ofertado o menor preço deverá enviar, via sistema eletrônico, como anexo, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, sua proposta nos termos do lance vencedor.

4.38. O prazo estabelecido para envio da proposta poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes do findo do prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

4.39. O não encaminhamento da proposta, após a convocação pelo Pregoeiro, no prazo estipulado, caracteriza desistência, sujeitando-se à licitante a aplicação das penalidades cabíveis.

5. DA HABILITAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, por Lote, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

5.1.1. Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;

5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

5.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2.0 Pregoeiro consultará o SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 2010.

5.2.1. Também poderão ser consultados o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

5.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedade cooperativa a elas equiparada, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-financeira:

5.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

5.3.1.1. Registro empresarial, no caso de empresa individual;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

5.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

5.3.1.3. Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.3.1.5. Caso seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá ser apresentada certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.3.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual se houver, relativa ao domicílio ou sede do proponente;

5.3.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.3.2.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente ou outra equivalente, na forma da Lei;

5.3.2.5. Prova de regularidade (CND) relativa às contribuições sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

5.3.2.6. Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

5.3.2.7. Prova **de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme exigido pela Lei nº 12.440/11.

5.3.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte a elas equiparada, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

5.3.3. Relativos à Qualificação Econômica - Financeira:

5.3.3.1. **Certidão negativa de falência ou concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos do inciso II, artigo 31 da Lei n.º 8.666/93;

5.3.3.2. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo Termo de Abertura/Encerramento e Registro na Junta Comercial, quando pertinente), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.3.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

5.3.3.2.2. Será admitida a apresentação de balanço intermediário, se decorrente de Lei ou previsão no Estatuto ou Contrato Social da licitante, conforme Acórdão TCU 484-12-2007-Plenário.

5.3.3.3. Comprovação da boa situação financeira mediante **apresentação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, que devem ser iguais ou maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, devidamente consolidado e assinado pelo responsável pela contabilidade e com a indicação de seu nome e nº de registro no Conselho Regional de contabilidade, nos termos da lei:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

ATIVO TOTAL



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

SG = -----
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE
LC = -----
PASSIVO CIRCULANTE

5.3.3.4. A licitante, cadastrada ou não no SICAF, que apresentar índices econômicos inferiores a 01 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos itens propostos.

5.3.4. Relativo à Qualificação Técnica

5.3.4.1. **Atestado(s) de capacidade técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante executado satisfatoriamente atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto deste Edital.

5.3.4.2. Quando solicitado, a licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.3.4.3. No caso de Atestado de Capacidade Técnica ou documento equivalente, emitidos em língua estrangeira, deverá ser traduzido por tradutor juramentado.

5.3.5. Disposições Gerais da Habilitação:

5.3.5.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado, **ressaltando que em todos os documentos devem constar o mesmo endereço de cadastro.**

5.3.5.2. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

5.3.5.3. Para os casos em que o documento solicitado não possua validade definida no próprio, serão aceitos aqueles com emissão de até 180 (cento e oitenta) dias antes do certame, excluindo dessa obrigação os Atestados de Capacidade Técnica e demais documentos com validade definida na legislação pertinente.

5.3.5.4. A comprovação da regularidade fiscal das microempresas



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ou empresas de pequeno porte a elas equiparada somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

5.3.5.5. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3.5.6. O prazo para a regularização mencionada será contado a partir do resultado da habilitação, e a prorrogação poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.3.5.7. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666 de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogar a licitação.

5.3.5.8. A documentação de habilitação, no caso das sociedades cooperativas deverá obedecer rigorosamente, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2/2008.

5.3.5.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.3.5.10. Será inabilitado o licitante que:

5.3.5.10.1. não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação dentro do prazo solicitado, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

5.3.5.11. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá diligenciar a fim de sanar dúvidas sobre as informações contidas nos documentos de habilitação desde que não alterem a substância dos documentos, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

5.3.5.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto.

5.3.5.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, conforme definido neste Edital e em seus Anexos.

6.2. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.3. A proposta anexada será examinada pelo Pregoeiro quanto à compatibilidade dos preços em relação ao estimado e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.4. Será desclassificada a proposta que:

6.4.1. não atenda às exigências do Edital;

6.4.2. contenha vícios ou ilegalidades;

6.4.3. apresente valor em REAIS (R\$) igual ou superior ao valor estimado ou apresente preço manifestamente inexequível.

6.5. Considera-se manifestamente inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites máximos.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MP nº 2, de 2008.

6.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

6.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, sempre buscando negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

6.9.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

6.9.3. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados em meio físico à Comissão de Licitação do COFFITO, no endereço da Sede dessa Autarquia.

6.9.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.12. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.14. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.15. O Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

6.16. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do COFFITO ou, ainda, de pessoas físicas ou



jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.17. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.18. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

7.2. As impugnações deverão ser encaminhadas, até às 18h (dezoito horas) do dia em que se encerra o prazo, pela forma eletrônica através do e-mail licitacao@coffito.gov.br.

7.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, onde deverá ser publicada no periódico oficial.

8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

8.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser apresentadas, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura às 18h do dia em que se encerra o prazo, pela forma eletrônica no licitacao@coffito.gov.br.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir



de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Orçamento Próprio do COFFITO, aprovado para o exercício de 2019, nos elementos de despesas n.º 6.2.2.1.1.01.04.04.012 - para Contratação de Licença de Uso de Software.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Incorre em crime aquele que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se à pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e à pena de multa.

11.2. Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

11.2.1. Impedimento para assinatura do Contrato, se concluída a fase licitatória.

11.2.2. Cancelamento do Contrato se já assinado.

11.3. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.4. Pela infração das cláusulas do CONTRATO, a Contratante poderá,



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

11.4.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a utilização;

11.4.2. multa de 1% (um por cento) do valor da contratação em caso de recusa injustificada na manutenção das condições de habilitação estabelecidas no edital;

11.4.3. multa de 0,5% (meio por cento) do valor da contratação em caso de atraso injustificado na prestação da manutenção corretiva, acrescida de 0,1% (um décimo por cento) desse valor por dia de atraso;

11.4.4. multa de 1% (um por cento) do valor da contratação por infração a qualquer cláusula ou condição do Contrato, que não as especificadas nas alíneas anteriores deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

11.4.5. suspensão temporária de pagamento pendente previsto dentro do cronograma, quando do atraso injustificado na prestação dos serviços, ou da impossibilidade do acesso ao *software*, por mais de 07 (sete) dias úteis consecutivos, até a resolução das pendências técnicas e operacionais.

11.4.6. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos de recusa de celebração do Contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo e pela recusa injustificada de manutenção dos compromissos assumidos na contratação;

11.4.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de apresentação de documentação falsa, fraudar a execução do objeto ou cometer fraude fiscal.

11.5. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo COFFITO.

11.6. Os valores das multas de mora poderão ser descontados da garantia contratual e/ou da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes no COFFITO em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.



11.7. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Diretoria, devidamente justificado.

11.8. Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

11.9. As penalidades serão registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.11. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.12. Em qualquer hipótese, o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.13. As penalidades de multa previstas no contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

11.14. A critério do COFFITO, as penalidades previstas poderão ser aplicadas cumulativamente.

12. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA

12.1. Depois de adjudicado e homologado o processo licitatório, o COFFITO encaminhará correspondência oficial em que constarão as informações necessárias para o início da prestação dos serviços objetos do presente certame.



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

12.2.0 prazo para início do uso da Licença objeto deste edital é de até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato. Excluindo desse prazo o eventual período de treinamento, referindo-se então o prazo para a migração e entrega dos *softwares* prontos para uso.

12.3.0 prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observado o limite estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

12.4. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º. 8.666/93, mediante recibo, o objeto do presente certame será recebido:

12.7.1. PROVISORIAMENTE - assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações;

12.7.2. DEFINITIVAMENTE - depois de verificado os recursos e as funcionalidades solicitadas do *software* em até 05 (cinco) dias úteis.

12.5. Se, após o recebimento provisório ou ainda no recebimento definitivo, constatar-se que o produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora das especificações ou incompletos, após a notificação a empresa, o prazo decorrido até então, será desconsiderado, iniciando-se nova contagem de 05 (cinco) dias corridos para entrega tão logo sanada a situação.

12.6. A entrega do objeto deverá ser comunicada à CONTRATANTE com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, permitindo-se organizar para conferir o recebimento, como previsto neste Edital.

12.7. O objeto será recusado nas seguintes condições:

12.7.1. Se entregue com as especificações técnicas diferentes;

12.7.2. Se apresentar defeitos de utilização em qualquer de suas partes ou funções, durante os testes de conformidade e verificação.

12.8. Nos casos de recusa, a empresa terá o prazo acima mencionado para providenciar a substituição, a partir da comunicação oficial.

12.9.0 prazo de inoperância, parcial ou total, do *software* para manutenção corretiva é de até 02 (dois) dias úteis e, para manutenção preventiva, de 01 (um) dia útil.

12.10. O primeiro classificado na fase de lances e, após apresentação da proposta e habilitação jurídica será convocado, em até 10 (dez) dias úteis após encerrada a etapa de lances, para avaliação acerca da exatidão, cumprimento e conformidade com 100% dos requisitos



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Tecnológicos e pelo menos 90% dos requisitos funcionais exigidos em cada módulo.

12.11. Caso o licitante vencedor não tenha atendido 100% dos requisitos funcionais, este deverá entregar o que estiver faltando, limitado a 10% de cada módulo, no prazo estabelecido no item 12.2 deste Edital.

12.12. O Teste de conformidade do sistema deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, devendo o licitante levar todos os equipamentos que julgar necessário, contendo dados suficientes para sua realização.

12.13. Os demais licitantes serão formalmente comunicados do local, data e hora designados, a fim de participarem, se assim o desejarem, do Teste de Conformidade.

12.14. A escolha dos requisitos do Termo de Referência a serem demonstrados será feita por critério exclusivo da Comissão Técnica de Avaliação.

12.15. Apenas os membros da Comissão Técnica de Avaliação poderão fazer perguntas ou solicitar esclarecimentos ao representante do licitante enquanto o mesmo estiver demonstrando o requisito.

12.16. A deliberação quanto à conformidade ou não do requisito será anunciada pela Comissão Técnica de Avaliação, tão logo o licitante encerre sua demonstração.

12.17. Após o anúncio previsto, o Pregoeiro e a Comissão Técnica de Avaliação passarão a palavra aos fiscais que poderão contestar e questionar o cumprimento do requisito, dando nova oportunidade ao licitante de refazer sua demonstração na tentativa de comprovar o atendimento do requisito questionado, ou mesmo reconhecer o não atendimento.

12.18. Encerrada a segunda tentativa de demonstração de atendimento, o Pregoeiro, após ouvir a Comissão Técnica de Avaliação, dará a deliberação final quanto ao atendimento ou não do requisito, quando não mais serão possíveis contestações, exceto em fase recursal.

12.19. Encerrado o Teste de conformidade dos módulos, a Comissão Técnica de Avaliação informará ao Pregoeiro o resultado, classificando o licitante, caso todos os itens demonstrados tenham sido considerados atendidos.

12.20. No caso de desclassificação do licitante, o Pregoeiro convocará a 2ª melhor classificada na fase de lances para a apresentação da documentação solicitada e, realização do teste de conformidade.

13. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE



13.1. O pagamento processar-se-á mensalmente (com valor proporcional referente aos 12 meses de contrato), mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e boleto, em até 10 dias corridos, sendo indispensável, para a sua realização, o aceite e a inspeção da autoridade competente após o recebimento do objeto.

13.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (Art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

13.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

13.4. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

13.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório.

13.6. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

13.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13.9. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

14.1. A presente LICITAÇÃO poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

14.2. A data de abertura da presente LICITAÇÃO poderá ser transferida para outro dia e horário, mediante prévio aviso aos licitantes.

14.3. A anulação da presente LICITAÇÃO, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar. A nulidade, contudo, não exonera o COFFITO do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

14.4. Existindo qualquer modificação no Edital, será feita nova divulgação, pela mesma forma que se deu este texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas, fato este que será consignado em ata.

15. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

15.1. As obrigações das partes contratantes estão definidas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Poderão ser exigidos, em qualquer oportunidade, documentos, amostras de material ou informações complementares dos LICITANTES, **inclusive cópia de notas fiscais** que originaram o (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica apresentado(s).

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

16.3. Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.4. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, incluindo ligações ou correspondência eletrônica.

16.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

16.9. Havendo qualquer discordância na redação das condições elencadas nas especificações do catálogo de material do COMPRASNET, na Minuta do Contrato, no Edital ou no Termo de Referência prevalecerá o descrito nos últimos em relação aos anteriores, seguindo a ordem.

16.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.11. Fica estabelecido que o Foro competente para dirimir quaisquer controvérsias, com exclusão de qualquer outro, será o da Justiça Federal de Brasília.

Brasília-DF, 26 de abril de 2019.

Luiz Felipe Mathias Cantarino
Pregoeiro Oficial



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a locação de 01 (uma) licença de uso anual de Sistema de Controle Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, bem como de 01 (um) Sistema de Relatório de Gestão para cada um dos 19 (dezenove) integrantes do Sistema COFFITO/CREFITOS, divididos em 02 (dois) Lotes.

1.2. Na contratação estará inclusa a prestação de serviços de implantação do sistema com migração dos dados já existentes; treinamento; hospedagem; suporte e, manutenção contínua durante toda a vigência do contrato, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referências.

1.3. O treinamento, se necessário, poderá ser ministrado em um dos imóveis do COFFITO ou CREFITO, ou via recursos tecnológicos (ambiente virtual, por teleconferência ou vídeos pré-gravados) para tanto, desde que agendado junto a contratante.

1.4. O sistema deverá atender as regras estabelecidas pela Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBCT-16; pelas Portarias **STN N° 467**, 749 e 751 de 2009 e, principalmente, as diretrizes contidas nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) atualizados pela Portaria STN 406 de 2011 4ª Edição conforme a seguir:

- Parte I - Lançamentos Orçamentários;
- Parte II - Lançamentos Patrimoniais;
- Parte III - Lançamentos Específicos;
- Parte IV - Plano de Contas;
- Parte V - Demonstrações Contábeis.

1.5. Entende-se pela definição de "MÓDULO" o sistema informatizado que possua procedimentos e funções similares às que serão ora descritas neste Termo de Referência, desde que atinjam ao mesmo objetivo.

1.6. O quadro abaixo apresenta a disposição geográfica de cada uma das Autarquias que receberão uma licença cada, devendo seus funcionários também receberem treinamento e terem seus dados migrados ou implantados:



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AUTARQUIA	QUANTIDADE POR LOTE
COFFITO (DF)	1
CREFITO-1 (PE)	1
CREFITO-2 (RJ)	1
CREFITO-3 (SP)	1
CREFITO-4 (MG)	1
CREFITO-5 (RS)	1
CREFITO-6 (CE)	1
CREFITO-7 (BA)	1
CREFITO-8 (MG)	1
CREFITO-9 (MG)	1
CREFITO-10 (SC)	1
CREFITO-11 (DF)	1
CREFITO-12 (PA)	1
CREFITO-13 (MS)	1
CREFITO-14 (PI)	1
CREFITO-15 (ES)	1
CREFITO-16 (MA)	1
CREFITO-17 (SE)	1
CREFITO-18 (RO)	1
TOTAL	19

1.7. Atualmente as únicas Autarquias que não utilizaram ou possuíram *software* com a finalidade que se pretende essa contratação são os CREFITOS 17 e 18.

2. FUNDAMENTAÇÃO, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

2.1. A necessidade de aquisição do referido sistema se deve em razão do atendimento às alterações na Lei 4.320/1964 (Contabilidade Aplicada ao Setor Público), bem como às atuais normativas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e, do Tribunal de Contas da União, tal como exigido na Decisão Normativa de maio de 2013 e, na Portaria N° 175 de julho de 2013.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. São os requisitos tecnológicos mínimos dos Sistemas a serem locados:



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

3.1.1. Os módulos que compõem os sistemas deverão ser integrados;

3.1.2. Banco de Dados: *SQL Server 2008* ou superior;

3.1.3. Compatível com os sistemas operacionais: *Windows XP, Vista, Windows7* e *Windows 2000 Professional*, bem como atualizações posteriores;

3.1.4. Acesso ao sistema via internet (*cloud computing*);

3.1.4.1. A interface de usuário deverá ser baseada compatível com os navegadores *Internet Explorer 7.0* (ou superior), *Google Chrome, Mozilla Firefox*;

3.1.5. O sistema deverá ter controle de acesso criptografado, que garanta a integridade dos dados ou impeça acessos indevidos aos dados, com a possibilidade de ofertar permissões específicas de acesso por usuário;

3.1.6. Possuir parametrização pelo usuário, observando restrições de permissões de acesso, de todos os campos e relatórios e/ou permissão de acessos por atividade;

3.1.7. Controle através de relatórios das alterações realizadas nos dados de forma seletiva, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data, usuário, dados alterados, conteúdo anterior;

3.1.8. Sistema de *backup* e restauração;

3.1.9. Todos os dados existentes devem ser cadastrados uma única vez e utilizados por todo o sistema;

3.1.10. Possuir total integração entre as funções e os módulos elencados no Edital, bem como com outros *softwares* similares que sejam necessárias consultas aos dados para uso, que o COFFITO porventura já disponha ou que irá adquirir, devendo a contratada utilizar uma linguagem universal em seu banco de dados;

3.1.11. Atender à legislação pertinente aos objetos dos módulos e necessidades específicas da Administração Pública Federal, atualizando e adaptando-o sempre que surgirem alterações;

3.1.12. Protocolo de Comunicação *TCP/IP* ou *named Pipes*;

3.1.13. O Sistema deverá atender às alterações na Lei 4.320 de 17 de Março de 1964 quanto à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como às determinações da Secretaria do Tesouro Nacional;

3.2. REQUISITOS FUNCIONAIS DO MÓDULO CONTABIL, ORÇAMENTÁRIO, CONTROLE DAS DESPESAS E PATRIMONIAL – LOTE 01



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

3.2.1. Devem executar de forma integrada todos os lançamentos dos **Sistemas Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Compensação e, de Controle de Patrimônio**, atendendo todos os requisitos descritos a seguir:

3.2.1.1 Registrar e manter o Plano de Contas contábil, no padrão do MCASP;

3.2.1.2 Replicar automaticamente as novas contas contábeis inseridas no plano de contas em todos os grupos necessários de acordo com o padrão do MCASP;

3.2.1.3 Registrar e manter os saldos iniciais das contas dos grupos;

3.2.1.4 Registrar e manter os lançamentos contábeis;

3.2.1.5 Registrar e manter a tabela de eventos para geração de lançamentos recorrentes;

3.2.1.6 Registrar em tela específica e manter as dotações iniciais das contas orçamentárias gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.7 Registrar em tela específica e manter as reformulações orçamentárias gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.8 Registrar em tela específica e manter as transposições de cada conta gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.9 Registrar e manter o cadastro de fornecedores/favorecidos;

3.2.1.10 Registrar e manter Pré-empenhos;

3.2.1.11 Registrar e manter Empenhos gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.12 Registrar e manter Anulações de Empenhos gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.13 Registrar e manter as Liquidações dos empenhos gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.14 Registrar e manter os Pagamentos das liquidações e dos empenhos gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.15 Registrar e manter Estornos de pagamentos gerando



automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.16 Efetuar a retenção automática de tributos na tela de registro do pagamento;

3.2.1.17 Consultar as previsões de recolhimento de tributos;

3.2.1.18 Registrar em tela específica e manter os Recolhimentos de Tributos gerando automaticamente os lançamentos contábeis;

3.2.1.19 Aceitar leitura ou digitação de código de barras para o pagamento de boletos bancários;

3.2.1.20 Registrar e manter as inscrições de restos a pagar processados e não processados;

3.2.1.21 Registrar e manter os cancelamentos de restos a pagar processados e não processados gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.22 Registrar e manter as Liquidações de Restos a Pagar não processados gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.23 Registrar e manter pagamentos de Restos a Pagar processados e não processados gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.24 Registrar e manter ramos de atividades de fornecedores e favorecidos;

3.2.1.25 Registrar e manter tabela de Tributos com parâmetros para tributação automática e contabilização das retenções;

3.2.1.26 Registrar e manter tabela de bancos e contas bancárias;

3.2.1.27 Registrar e manter tabela de formas de pagamento;

3.2.1.28 Registrar e manter tabela de tipos de documento;

3.2.1.29 Registrar e manter recebimentos efetivos por natureza gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.30 Registrar em tela específica e manter as receitas a realizar gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.31 Registrar e manter repasses de receitas gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.32 Registrar e manter configuração de parâmetros de



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

repasses de cotas por conta de receita;

3.2.1.33 Registrar e manter controle de distribuição das despesas bancárias dos recebimentos;

3.2.1.34 Gerar de forma automática os pagamentos das despesas bancárias dos recebimentos gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;

3.2.1.35 Registrar e manter classificação de receitas por região de arrecadação;

3.2.1.36 Registrar e manter as movimentações financeiras não orçamentárias gerando automaticamente os lançamentos contábeis;

3.2.1.37 Registrar em tela específica e manter os adiantamentos de suprimentos de fundos;

3.2.1.38 Registrar em tela específica e manter a prestação de contas dos suprimentos de fundos;

3.2.1.39 Registrar e manter tabela de tipos de movimentações financeiras não orçamentárias;

3.2.1.40 Registrar e manter tabela dos Convênios com os bancos para recebimentos;

3.2.1.41 Registrar e manter tabela das regiões de arrecadação;

3.2.1.42 Registrar e manter tabela dos nomes e cargos para impressão nos documentos que requerem assinaturas de responsáveis / administradores / ordenadores de despesas;

3.2.1.43 Emitir/consultar o relatório Balancete;

3.2.1.44 Emitir/consultar Balanço Patrimonial nos moldes do MCASP;

3.2.1.45 Emitir/consultar Balanço Financeiro nos moldes do MCASP;

3.2.1.46 Emitir/consultar Balanço Patrimonial Comparado nos moldes do MCASP;

3.2.1.47 Emitir/consultar Proposta orçamentária;

3.2.1.48 Emitir/consultar Quadro geral de reformulações orçamentárias;

3.2.1.49 Emitir/consultar Quadro geral orçamentário;

3.2.1.50 Emitir/consultar Demonstração de Variações Patrimoniais



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

nos moldes do MCASP;

3.2.1.51 Emitir/consultar Balanço Orçamentário nos moldes do MCASP;

3.2.1.52 Emitir/consultar Demonstração dos Fluxos de Caixa nos moldes do MCASP;

3.2.1.53 Emitir/consultar Plano de Contas;

3.2.1.54 Emitir/consultar Relatório Saldos Iniciais;

3.2.1.55 Emitir/consultar Relação de lançamentos;

3.2.1.56 Emitir/consultar Livro diário;

3.2.1.57 Emitir/consultar Livro razão;

3.2.1.58 Emitir/consultar Comparativo da receita;

3.2.1.59 Emitir/consultar Comparativo da despesa;

3.2.1.60 Emitir/consultar Gráfico da evolução da Despesa;

3.2.1.61 Emitir/consultar Gráfico da evolução da Receita;

3.2.1.62 Emitir/consultar Gráfico da evolução da Despesa x Receita;

3.2.1.63 Emitir/consultar Demonstrativo de empenhos e pagamentos;

3.2.1.64 Emitir/consultar Razão orçamentário;

3.2.1.65 Emitir/consultar Pagamentos com retenção na fonte;

3.2.1.66 Emitir/consultar Gastos mensais por conta de despesa;

3.2.1.67 Emitir/consultar Retenção de ISS;

3.2.1.68 Emitir/consultar Declaração de ISS;

3.2.1.69 Emitir/consultar Declaração de INSS;

3.2.1.70 Emitir/consultar Comprovante IRPF/IRPJ;

3.2.1.71 Emitir/consultar Relação de tributos;

3.2.1.72 Emitir/consultar Retenção para DIRF;

3.2.1.73 Emitir/consultar Relação de pagamentos;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- 3.2.1.74 Emitir/consultar Relação de empenhos;
- 3.2.1.75 Emitir/consultar Relação de anulações;
- 3.2.1.76 Emitir/consultar Relação de pagamentos;
- 3.2.1.77 Emitir/consultar Relação de Liquidações;
- 3.2.1.78 Emitir/consultar Relação de Cancelamentos de Liquidações;
- 3.2.1.79 Emitir/consultar Relação de restos a pagar inscritos;
- 3.2.1.80 Emitir/consultar Relação de pagamentos em restos a pagar;
- 3.2.1.81 Emitir/consultar Relação de pré-empenhos;
- 3.2.1.82 Emitir/consultar Notas de pagamentos;
- 3.2.1.83 Emitir/consultar Notas de empenhos;
- 3.2.1.84 Emitir/consultar Notas de anulações de empenho;
- 3.2.1.85 Emitir/consultar Notas de pré-empenho;
- 3.2.1.86 Emitir/consultar Notas de estornos de recebimento;
- 3.2.1.87 Emitir/consultar Nota de pré-empenho;
- 3.2.1.88 Emitir/consultar Nota de Liquidação;
- 3.2.1.89 Emitir/consultar Nota de Cancelamento de Liquidação;
- 3.2.1.90 Emitir/consultar Nota de recolhimento de tributo;
- 3.2.1.91 Emitir/consultar Nota de movimentação financeira não orçamentária;
- 3.2.1.92 Emitir/consultar Relação de cheques;
- 3.2.1.93 Emitir/consultar Relação de fornecedores e favorecidos a partir de critérios diversos;
- 3.2.1.94 Emitir/consultar Relação de movimentações financeiras não orçamentárias;
- 3.2.1.95 Emitir/consultar Receita diária por conta e região;
- 3.2.1.96 Emitir/consultar Quadro da Receita;
- 3.2.1.97 Emitir/consultar Relação de recebimentos;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- 3.2.1.98 Emitir/consultar Receita mensal do exercício;
- 3.2.1.99 Emitir/consultar Resumo de receita;
- 3.2.1.100 Emitir/consultar Receita por região e conta;
- 3.2.1.101 Emitir/consultar Comparativo de arrecadação;
- 3.2.1.102 Emitir/consultar Evolução mensal da receita por exercício;
- 3.2.1.103 Emitir/consultar informações dos arquivos remessa de pagamentos CNAB;
- 3.2.1.104 Emitir/consultar informações dos arquivos retorno de pagamentos CNAB;
- 3.2.1.105 Emitir/consultar relação de saídas financeiras por período;
- 3.2.1.106 Emitir/consultar Relação de Saídas financeiras para conciliação;
- 3.2.1.107 Emitir/consultar Relações de créditos de conferência;
- 3.2.1.108 Emitir/consultar Relações de créditos oficiais;
- 3.2.1.109 Emitir/consultar Relação de liquidações;
- 3.2.1.110 Efetuar o cálculo automático dos repasses de receita por conta contábil;
- 3.2.1.111 Registrar e manter configuração de parâmetros de repasses por conta;
- 3.2.1.112 Emitir/consultar a Disponibilidade orçamentária;
- 3.2.1.113 Gerar de forma automática os pagamentos para os repasses de receita;
- 3.2.1.114 Permitir a inscrição automática de restos a pagar do exercício seguinte a partir dos empenhos e liquidações com saldo ao final do exercício;
- 3.2.1.115 Possibilitar a alteração pelo usuário dos valores das retenções de tributos calculados automaticamente;
- 3.2.1.116 Possibilitar a alteração pelo usuário do Favorecido das retenções de tributos possibilitando que sejam diferentes do favorecido do pagamento;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- 3.2.1.117 Geração/exportação do arquivo para alimentação da DIRF;
- 3.2.1.118 Imprimir e controlar a emissão de cheques;
- 3.2.1.119 Registrar e manter a programação de pagamentos;
- 3.2.1.120 Registrar e manter a programação de movimentações financeiras;
- 3.2.1.121 Registrar e manter a programação de recebimentos;
- 3.2.1.122 Promover a importação de receita através de arquivo texto no padrão XML;
- 3.2.1.123 Promover a Importação de receita através de arquivo de retorno bancário;
- 3.2.1.124 Possibilitar o desfazimento da importação da receita;
- 3.2.1.125 Importar folha de pagamento a partir de arquivos texto ou XML de acordo com layout pré-definido;
- 3.2.1.126 Possibilitar o desfazimento da importação da folha;
- 3.2.1.127 Importar arquivos retorno de pagamentos CNAB;
- 3.2.1.128 Exportar arquivos remessa de pagamentos CNAB;
- 3.2.1.129 Possibilitar o encerramento de exercício contábil gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão do MCASP;
- 3.2.1.130 Bloquear alterações de lançamentos contábeis em exercício encerrado;
- 3.2.1.131 Permitir a importação de arquivo contendo os pagamentos autorizados para efetivação, possibilitando a geração de empenhos, liquidações e pagamentos a partir dos registros importados;
- 3.2.1.132 Importar o arquivo do extrato bancário no padrão OFX ou OFC para conciliação bancária;
- 3.2.1.133 Possibilitar a conciliação bancária entre o extrato e os registros financeiros de despesas e receitas;
- 3.2.1.134 Emitir / consultar a Relação de Lançamentos não conciliados;
- 3.2.1.135 Emitir / consultar a Relação de Registros não conciliados;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

3.2.1.136 Registrar e manter cadastro de bens móveis com geração automática do lançamento contábil de incorporação no padrão MCASP;

3.2.1.137 Registrar e manter o histórico das movimentações dos bens móveis entre unidades e responsáveis;

3.2.1.138 Registrar e manter o histórico das reavaliações dos bens móveis com geração automática do lançamento contábil no padrão MCASP;

3.2.1.139 Registrar e manter dados de baixa dos bens móveis com geração automática do lançamento contábil de incorporação no padrão MCASP;

3.2.1.140 Permitir a gravação em banco de dados da foto digitalizada do bem móvel associada ao seu cadastro;

3.2.1.141 Permitir a identificação dos bens móveis por código de barras;

3.2.1.142 Registrar e manter o cadastro dos fornecedores de bens;

3.2.1.143 Registrar e manter o cadastro de unidades (departamentos) do Conselho;

3.2.1.144 Registrar e manter o cadastro de Responsáveis (funcionários);

3.2.1.145 Registrar e manter o cadastro de Seguros dos Bens Móveis;

3.2.1.146 Registrar e manter o cadastro de empréstimos dos Bens Móveis;

3.2.1.147 Registrar e manter cadastro de bens imóveis com geração automática do lançamento contábil de incorporação no padrão MCASP;

3.2.1.148 Registrar e manter o histórico das reavaliações dos bens imóveis com geração automática do lançamento contábil no padrão MCASP;

3.2.1.149 Registrar e manter dados de baixa dos bens imóveis com geração automática do lançamento contábil de incorporação no padrão MCASP;

3.2.1.150 Registrar e manter cadastro de aluguéis dos bens imóveis;

3.2.1.151 Registrar e manter a tabela de cargos dos responsáveis (funcionários);



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- 3.2.1.152 Registrar e manter a tabela de medidas de garantia dos bens;
- 3.2.1.153 Registrar e manter a tabela de estados de conservação dos bens;
- 3.2.1.154 Registrar e manter a tabela de formas de aquisição dos bens;
- 3.2.1.155 Registrar e manter a tabela de tipos de bens móveis;
- 3.2.1.156 Registrar e manter a tabela de tipos de bens imóveis;
- 3.2.1.157 Registrar e manter a tabela de formas de baixa dos bens;
- 3.2.1.158 Registrar e manter a tabela de tipos de seguro dos bens;
- 3.2.1.159 Registrar e manter a tabela de comarcas dos bens imóveis;
- 3.2.1.160 Registrar e manter o cadastro de inventário por unidade dos bens móveis;
- 3.2.1.161 Emitir / consultar o relatório Balancete que demonstre o saldo inicial, as incorporações, as baixas e o saldo final das contas contábeis patrimoniais por período;
- 3.2.1.162 Emitir / consultar a relação de bens móveis por unidade (departamento);
- 3.2.1.163 Emitir / consultar a relação de bens móveis por responsável (funcionário);
- 3.2.1.164 Emitir / consultar a relação de bens móveis por contas contábeis;
- 3.2.1.165 Emitir / consultar a relação de bens móveis por tipo de bem;
- 3.2.1.166 Emitir / consultar a relação do acervo patrimonial;
- 3.2.1.167 Emitir / consultar o relatório demonstrativo da evolução patrimonial;
- 3.2.1.168 Emitir o gráfico de bens móveis por unidade;
- 3.2.1.169 Emitir o gráfico de bens móveis por responsável;
- 3.2.1.170 Emitir o gráfico de bens móveis por tipo de bem móvel;



- 3.2.1.171 Emitir o gráfico de bens móveis por contas contábeis;
- 3.2.1.172 Emitir o gráfico de evolução patrimonial;
- 3.2.1.173 Emitir a ficha individual do bem imóvel com suas características principais ;
- 3.2.1.174 Emitir / consultar a relação de bens imóveis;
- 3.2.1.175 Emitir / consultar o termo de responsabilidade dos bens móveis;
- 3.2.1.176 Emitir / consultar o termo de transferência dos bens móveis;
- 3.2.1.177 Emitir / consultar o termo de saída dos bens móveis baseado no cadastro de empréstimos;
- 3.2.1.178 Emitir / consultar a relação de bens móveis emprestados;
- 3.2.1.179 Emitir / consultar a relação de depreciações automáticas de bens móveis por período e tipo de bem;
- 3.2.1.180 Permitir a replicação de bens móveis pré-existentes para facilitação da criação de novos bens com características semelhantes;
- 3.2.1.181 Permitir a definição dos campos de preenchimento obrigatório por tipo de bem;
- 3.2.1.182 Permitir a definição dos parâmetros de depreciação por tipo de bem;
- 3.2.1.183 Emitir alerta de depreciações a realizar na abertura do sistema;
- 3.2.1.184 Realizar a depreciação automática dos bens móveis e imóveis baseado nos parâmetros configurados por tipo de bem gerando automaticamente os lançamentos contábeis no padrão MCASP;
- 3.2.1.185 Permitir o desfazimento da depreciação automática dos bens móveis e imóveis;
- 3.2.1.186 Permitir a apuração do valor líquido por tipo de bem gerando os lançamentos contábeis no padrão MCASP;
- 3.2.1.187 Registrar movimentações de bens do Patrimônio utilizando leitora de código de barras;
- 3.2.1.188 Realizar Inventário através de código de barras a partir de dispositivo mobile;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- 3.2.1.189 Emitir alerta de empréstimos com data de devolução prevista vencida ao acessar o sistema;
- 3.2.1.190 Emitir alerta de seguros vencidos e/ou a vencer ao acessar o sistema;
- 3.2.1.191 Possibilitar a transferência coletiva de bens móveis entre unidades e responsáveis;
- 3.2.1.192 Permitir a integração com os dados referentes à aquisição do bem proveniente do controle orçamentário (empenho);
- 3.2.1.193 Permitir a geração de relatórios de bens móveis personalizados através de ferramenta que possibilite ao usuário a definição de filtros diversos e dos campos a serem apresentados na listagem:
- 3.2.1.194 Registrar/Consultar/Alterar lançamentos contábeis usando o código completo da conta;
- 3.2.1.195 Registrar/Consultar/Alterar lançamentos contábeis usando o nome da conta;
- 3.2.1.196 Registrar/Consultar/Alterar lançamentos contábeis usando o código resumido;
- 3.2.1.197 Registrar/Consultar/Alterar lançamentos contábeis usando o histórico Padrão;
- 3.2.1.198 Registrar lançamentos por Eventos;
- 3.2.1.199 Manter Termo de Abertura/Encerramento;
- 3.2.1.200 Manter o Plano de Contas baseado na Lei 4.320/64;
- 3.2.1.201 Manter as tabelas de Eventos e Histórico Padrão;
- 3.2.1.202 Encerrar saldo das contas de resultados de forma automática;
- 3.2.1.203 Imprimir e/ou visualizar na tela o Balanço Financeiro;
- 3.2.1.204 Imprimir e/ou visualizar na tela o Balanço Patrimonial;
- 3.2.1.205 Imprimir e/ou visualizar na tela o Balanço Patrimonial Comparado;
- 3.2.1.206 Imprimir e/ou visualizar na tela o Balanço Orçamentário;
- 3.2.1.207 Imprimir e/ou visualizar na tela o Demonstrativo das Variações Patrimoniais;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- 3.2.1.208 Imprimir e/ou visualizar na tela o Comparativo da Receita Orçada/Arrecadada;
- 3.2.1.209 Imprimir e/ou visualizar na tela o Comparativo da Despesa Orçada/Realizada;
- 3.2.1.210 Imprimir e/ou visualizar na tela o Balancete Analítico de Verificação;
- 3.2.1.211 Imprimir e/ou visualizar na tela o Razão de uma/várias/todas as contas;
- 3.2.1.212 Imprimir e/ou visualizar na tela o Diário;
- 3.2.1.213 Imprimir e/ou visualizar na tela o Gráfico de Evolução da Despesa.

3.3. REQUISITOS FUNCIONAIS DO MÓDULO DE CONTROLE E EMISSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO TCU – LOTE 02

3.3.1. O objetivo deste Módulo é a captura de informações para formação do Relatório de Gestão a ser entregue ao TCU, a geração do relatório de cada Conselho Regional e do Federal, sua transmissão eletrônica ao Conselho Federal, a agregação automática e eletrônica dos relatórios dos Regionais e do Federal e a geração do arquivo para entrega ao TCU, de acordo com a Decisão Normativa-TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e da PORTARIA – TCU Nº 175 de 09 de julho de 2013 e suas alterações.

3.3.2. São as características mínimas deste módulo, podendo ser alteradas, desde que o relatório entregue ao final de sua produção, contemple todas as demandas ora descritas abaixo:

3.3.2.1. Captura de informações para Formação do Relatório de Gestão, possibilitando que para cada quadro tenha mais de uma alternativa de preenchimento;

Identificação e atributos da entidade:

- Identificação da entidade com as seguintes opções de preenchimento:
 - Campos específicos, tais como: *nome, sigla, CNPJ, endereço e etc.* ou
 - Campo texto livre ou;
 - Importar os dados de outros softwares como CONTÁBIL,



ORÇAMENTÁRIO E CONTROLE DAS DESPESAS, ou outros ainda necessários ao pleno funcionamento das .

- Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas:

- Campos específicos, tais como: normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas, outras normas infra legais relacionadas e manuais/publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas.

- Campo texto livre.

- Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada:

- Campos específicos, tais como: finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada.

- Campo texto livre.

- Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas:

- Campo texto livre.

- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

Planejamento e resultados alcançados

- Descrição sucinta do planejamento estratégico ou do plano de ação da Entidade:

- Campos específicos, tais como: técnica de planejamento estratégico adotada, visão, missão, valores, análise interna, objetivos, metas, ações e etc.

- Campo texto livre;

- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos:

- Campos específicos, tais como: cada ação adotada dotadas pela entidade para atingir o objetivo estratégico e etc.

- Campo texto livre;

- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício:



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- Campos específicos, tais como: objetivos e metas com sua respectiva tempestividade (duração), disfunções estruturais ou situacionais (fraquezas), fatores contributivos (forças), resultados alcançados e etc.
- Campo texto livre
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão:
 - Campos específicos, tais como: origem, tipo, atualização, medida, meta, realizados, detalhes e etc.
 - Campo texto livre
 - Importar imagem, que permitirá anexar imagens que demonstrem o respectivo quadro.

Estrutura de governança e de autocontrole da gestão

- Estrutura de governança da entidade:
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Relação dos principais dirigentes e membros de conselhos
 - Campos específicos, tais como: nome, função/cargo, número do registro profissional, período de mandato, data de posse e etc.;
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e Conselho
 - Campos específicos, tais como: nome, função/cargo, número do registro profissional, período, valor, tipo de remuneração e etc.;
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar imagens que demonstrem o respectivo quadro.

- Demonstração da atuação da auditoria interna:
 - Campos específicos, tais como processo de escolha do dirigente da unidade de auditoria interna, posicionamento da auditoria na estrutura da entidade, avaliação dos controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios contábeis e financeiros, e etc.;
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição:

- Campo texto livre
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

Informações sobre a gestão

- Demonstração da receita:

- Campo texto livre;
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro;
- Importar do sistema contábil, que buscará as informações relativas à execução do orçamento da receita.

- Desempenho na execução orçamentária e financeira:

- Campo texto livre;
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro;
- Importar do sistema contábil, que buscará as informações relativas à execução do orçamento da despesa.

- Transferências de recursos realizadas no exercício de referência

- Campo texto livre;
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

Gestão de pessoas, terceirização de mão-de-obra e custos

- Informações sobre a estrutura de pessoal da entidade (Força de trabalho)

- Campos específicos, tais como: tipologia do cargo, lotação autorizada e efetiva, total de ingressos, total de egressos e etc.
- Campo texto livre
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Ingresso de funcionários

- Campos específicos, tais como: tipologia do cargo, lotação autorizada e efetiva, total de ingressos, total de egressos e etc.;
- Campo texto livre;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.
- Qualificação da força de trabalho
 - Campos específicos, tais como: tipologia do cargo, nível de escolaridade, quantidade e etc.;
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

- Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.
- Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno
 - Campos específicos, tais como: recomendação, natureza, setor responsável, síntese da providência adotada, síntese dos resultados obtidos, etc.;
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.
- Tratamento das recomendações feitas pela auditoria interna ou por entidade superior
 - Campos específicos, tais como: recomendação, natureza, setor responsável, síntese da providência adotada, síntese dos resultados obtidos, etc.;
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

Informações contábeis

- Informações sobre a adoção das normas MCASP
 - Campo texto livre;
 - Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.
- Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.
- Importar do sistema contábil, que buscará as demonstrações contábeis do exercício.

- Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

- Campo texto livre;
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

Outras informações

- Outras informações consideradas relevantes pela entidade

- Campo texto livre;
- Importar imagem, que permitirá anexar arquivos que demonstrem o respectivo quadro.

- Tabelas auxiliares

- Cadastro de cargos;
- Cadastro de objetivos estratégicos;
- Cadastro de metas;
- Cadastro de ações;
- Cadastro de usuários e perfis de acesso ao sistema;

- Funcionalidades específicas

- Validação dos tópicos preenchidos no *Relatório de Gestão* e emissão de alertas sobre inconsistências;
- Configuração dos tópicos de preenchimento obrigatório e/ou opcional;
- Emissão do *Relatório de Gestão* do Conselho Regional na formatação determinada pelo TCU;
- Sugestão automática de dados históricos de exercícios anteriores por tópico para facilitação do preenchimento;
- Disponibilização de exemplos e instruções de preenchimento por tópico do relatório;
- Funcionalidade de transmissão dos dados do *Relatório de Gestão* do Regional ao Conselho Federal;
- Consulta do histórico de relatórios transmitidos ao Federal por natureza (original ou retificadora);
- Consulta do histórico de recepção de relatórios por Regional no Conselho Federal;
- Consulta da relação de Conselhos Regionais pendentes do envio do relatório ao Federal;
- Funcionalidade de encerramento (fechamento) do relatório por exercício para impedir novas transmissões a partir do envio ao TCU;



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

- Geração automática do *Relatório de Gestão* agregado no formato exigido pelo TCU para transmissão via site do Tribunal;
- Controle de usuários e permissões de acesso por função em todo o sistema;
- Registro de logs de alterações, inclusões e alterações nos dados dos sistemas;
- Acesso a exemplos de cada quadro que compõem o *Relatório de Gestão*;
- Disponibilização de instruções de preenchimento de cada tópico do relatório;
- Recepção eletrônica dos dados dos Conselhos Regionais para agregação no Conselho Federal.

3.4. SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO, COMPREENDENDO, NO MÍNIMO:

3.4.1. Esclarecimento de dúvidas operacionais e técnicas que envolvam os Sistemas através de contatos telefônicos ou e-mail;

3.4.2. Análise dos problemas que possam a vir ocorrer nos dados armazenados no banco de dados SQL-Server utilizados pelos sistemas, bem como nos programas que compõem os Sistemas, em decorrência de possíveis falhas operacionais ou técnicas;

3.4.3. Apresentação de relatório com as causas, consequências e alternativas de soluções para correção dos problemas descritos no item anterior;

3.4.4. Desenvolvimento de programas para correções dos problemas apresentados no item anterior, caso a alternativa de solução dos problemas assim o requererem;

3.4.5. Correção dos programas que compõem os Sistemas, em decorrência dos problemas apresentados no item anterior, quando for o caso;

3.4.6. Fornecimento de novas versões do Sistema, em decorrência de melhorias evolutivas ou corretivas, efetuadas por iniciativa da CONTRATADA;

4. DA IMPLANTAÇÃO E DOS PRAZOS

4.1. O prazo para início da execução dos serviços objetos deste Termo de Referência é imediato após assinatura do Contrato.

4.2. O prazo para início do uso da Licença objeto deste edital é de até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato. Excluindo desse prazo o eventual período de treinamento, referindo-se então o prazo para a migração e entrega dos *softwares* prontos para uso.

4.3. O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, podendo, por interesse da administração, ser prorrogado por meio de



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei n°. 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar fielmente o objeto deste Contrato, comunicando imediatamente a Contratante à ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

5.2. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;

5.3. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, incluídas as demais despesas referentes aos impostos, contribuições, bem como o que mais for necessário ao perfeito cumprimento do objeto deste Contrato;

5.5. Executar o objeto deste Contrato com qualidade de modo a atender as exigências do Contratante, utilizando profissionais próprios, especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação que rege a execução deste Contrato, com ênfase na constitucional, tributária, civil, previdenciária, trabalhista e segurança;

5.6. Proporcionar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados;

5.7. Cuidar para que os profissionais destinados à execução dos serviços objeto deste Contrato não tenham qualquer vínculo trabalhista com a Contratante, sendo, exclusivamente, remunerados pela Contratada e a ela vinculados;

5.8. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a Contratante, por dolo ou culpa, incluindo o acesso indevido por *hackers*, bem como, responder por danos que venham a ser causados por seus prepostos ou empregados;

5.9. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

5.10. Comunicar à contratante, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio



público;

5.11. Fornecer número telefônico fixo ou móvel, fax ou bip, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados, com atendimento diferenciado caso possível;

5.12. Possuir suporte técnico da empresa, à distância, em horário comercial e, em dias úteis;

5.13. Providenciar às suas expensas treinamento dos funcionários das Autarquias que utilizarão o Sistema, bem como a migração dos dados antigos do COFFITO e CREFITOS demandantes, de acordo com os sistemas contratados e, a implantação no novo Sistema.

5.14. Gerenciamento dos serviços de:

- Gestão de Hardware
- Gestão do sistema operacional
- Gestão do Servidor de aplicações
- Gestão do Banco de Dados
- Gestão de cópias de segurança
- Gestão do link de alta disponibilidade

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Projeto, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;

6.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

6.3. Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA;

6.4. Pagar a CONTRATADA, nas condições deste termo, o preço dos serviços contratados;

6.5. Comunicar à CONTRATADA, por intermédio dos CREFITOS utilizadores também, qualquer irregularidade observada na execução dos serviços contratados.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao fornecimento de que trata o objeto estão garantidos pela rubrica orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.04.012.

8. DO PAGAMENTO



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

8.1. O pagamento do serviço será realizado, mensalmente, respeitado a aceitação pelo colaborador responsável, em até 10 (dez) dias, via boleto bancário, ou através de depósito em conta corrente da empresa, após o recebimento da nota fiscal pelo responsável pelo Setor Financeiro e os documentos previstos na legislação.

Brasília, 24 de abril de 2019.

Paulo Yassuo Koike
Assessor Contábil do COFFITO



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO N° 22 / 2018

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO, E DO OUTRO LADO A EMPRESA _____, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE, NA FORMA ABAIXO:

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES E DO FUNDAMENTO LEGAL

O CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede no SRTS 701, Conjunto L, Edifício Assis Chateaubriand, Bloco 2, Sala 602 - Cep 70340-906, inscrito no CNPJ (MF) sob o n° 00.487.140/0001-36, representado pelo seu Presidente, o Conselheiro Federal Dr. Roberto Mattar Cepeda e, de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob n° _____._____/____-____, estabelecida no endereço _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, portador(a) da Cédula de Identidade n° _____._____-____/____ e CPF n° _____._____-____, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato para locação de licença de uso anual de Sistema de Controle Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, bem como de Relatório de Gestão, a ser executada conforme o Edital e seus Anexos, o qual está vinculado o Edital do Pregão n° ____/2019 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante do Processo n° 22/2018, sujeitando-se a CONTRATANTE e a CONTRATADA à Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e, suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a locação de 01 (uma) licença de uso anual de Sistema de Controle Financeiro, Orçamentário e Patrimonial, bem como de 01 (um) Sistema de Relatório de Gestão para cada um dos 19 (dezenove) integrantes do Sistema COFFITO/CREFITOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS NORMAS DE REGÊNCIA DO CONTRATO

O presente CONTRATO rege-se pelas normas contidas na Lei n° 8.666/1993 e demais disposições legais reguladoras de licitações e contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

MINUTA



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

A presente contratação é efetuada em conformidade com o resultado da licitação promovida pelo **Pregão n° __/2019**, em que à **CONTRATADA** foi adjudicado o objeto da licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- I - Edital de Pregão N° __/2019;
- II - Termo de Referência;
- III - Proposta de preços e os documentos de habilitação;

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Depois de adjudicado e homologado o processo licitatório, o COFFITO encaminhará correspondência oficial em que constarão as informações necessárias para o início da prestação dos serviços objetos do presente certame.

O prazo para início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é de até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato.

O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observado o limite estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n°. 8.666/93, mediante recibo, o objeto do presente certame será recebido:

PROVISORIAMENTE - assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações;

DEFINITIVAMENTE - depois de verificado os recursos e as funcionalidades solicitadas do *software* em até 05 (cinco) dias úteis.

Se, após o recebimento provisório ou ainda no recebimento definitivo, constatar-se que o produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora das especificações ou incompletos, após a notificação a empresa, o prazo decorrido até então, será desconsiderado, iniciando-se nova contagem de 05 (cinco) dias corridos para entrega tão logo sanada a situação.

A entrega do objeto deverá ser comunicada às Autarquias CONTRATANTES com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, permitindo-se organizar para conferir o recebimento, como previsto neste Edital.

O objeto será recusado nas seguintes condições:

MINUTA



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Se entregue com as especificações técnicas diferentes;

Se apresentar defeitos de utilização em qualquer de suas partes ou funções, durante os testes de conformidade e verificação.

Nos casos de recusa, a empresa terá o prazo acima mencionado para providenciar a substituição, a partir da comunicação oficial.

O prazo de inoperância, parcial ou total, do *software* para manutenção corretiva é de até 02 (dois) dias úteis e, para manutenção preventiva, de 01 (um) dia útil.

Os pedidos de prorrogação deverão ser motivados e comunicados expressamente à Coordenação - Geral para análise e encaminhamento para autorização da Presidência do COFFITO.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E PAGAMENTO

O valor a ser pago pelos serviços objeto do presente Contrato referente ao Lote 01, mensalmente, é de R\$ __.__,__ (X reais e Y centavos).

O valor a ser pago pelos serviços objeto do presente Contrato referente ao Lote 02, mensalmente, é de R\$ __.__,__ (X reais e Y centavos).

O pagamento processar-se-á mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e boleto, em até 10 dias corridos, sendo indispensável, para a sua realização, o aceite e a inspeção da autoridade competente após o recebimento do objeto.

No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (Art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório.

ADMINISTRATIVA



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Poderá o presente CONTRATO ser rescindido, caso ocorram os motivos constantes dos Artigos 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93, em que não haja culpa da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) ano, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observado o limite estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar fielmente o objeto deste Termo de Referência, comunicando

MINISTÉRIO DA SAÚDE



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

imediatamente a CONTRATANTE à ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência;

Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, incluídas as demais despesas referentes aos impostos, contribuições, bem como o que mais for necessário ao perfeito cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

Executar o objeto deste Termo de Referência com qualidade de modo a atender às exigências da CONTRATANTE, utilizando profissionais próprios, especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação que rege a sua execução, com ênfase na constitucional, tributária, civil, previdenciária, trabalhista e segurança;

Proporcionar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;

Cuidar para que os profissionais destinados à execução dos serviços não tenham qualquer vínculo trabalhista com a CONTRATANTE, sendo, exclusivamente, remunerados pela CONTRATADA e a ela vinculados;

Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE, por dolo ou culpa, incluindo o acesso indevido por *hackers*, bem como, responder por danos que venham a ser causados por seus prepostos ou empregados;

Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência para com estes encargos, não transfere à esta autarquia a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar à CONTRATANTE quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços contratados que prejudiquem ou possam prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;

Fornecer número telefônico, fixo ou móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados, com atendimentos diferenciados, caso possível;

IMPLANTAÇÃO



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Possuir suporte técnico da empresa 24 (vinte e quatro) horas, virtual ou presencial, nos dias úteis e nos finais de semana e feriados que tiver expediente na autarquia;

Providenciar, às suas expensas, treinamento dos funcionários da autarquia que utilizarão o sistema, bem como a migração de eventuais dados antigos, de acordo com o contratado e, a implantação do novo software.

A CONTRATADA deverá prover os serviços necessários para a instalação, configuração e testes da solução de Data Discovery In-Memory por ela provida de tal forma a propiciar seu pleno funcionamento no ambiente da CONTRATANTE.

Os serviços deverão ser prestados de maneira a garantir que a implantação da solução fornecida ocorra integralmente. A solução será considerada integralmente implantada quando estiver instalada, registrada com licença em funcionamento e apta a extrair, transformar e apresentar dados no WEB Browser.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Proporcionar todas as facilidades para que os serviços contratados possam ser desempenhados dentro das normas expostas neste Termo de Referência, bem como dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;

Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;

Proceder os pagamentos devidos à CONTRATADA;

Pagar a CONTRATADA, nas condições deste termo, o preço dos serviços contratados;

Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

A CONTRATANTE constituirá equipe técnica para o acompanhamento dos serviços, estando esta autorizada a aprovar a implantação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Orçamento Próprio do COFFITO, aprovado para o exercício de 2019, nos elementos de despesas n.º 6.2.2.1.1.01.04.04.012 - para Contratação de Uso de Licença de *Software*.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Incorre em crime aquele que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-

MINISTÉRIO



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

se à pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e à pena de multa.

Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

Impedimento para assinatura do Contrato, se concluída a fase licitatória.

Cancelamento do Contrato se já assinado.

A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Pela infração das cláusulas do CONTRATO, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o fornecimento;

multa de 1% (um por cento) do valor da contratação em caso de recusa injustificada na manutenção das condições de habilitação estabelecidas no edital;

multa de 1% (um por cento) do valor da contratação em caso de atraso injustificado na prestação da manutenção corretiva, acrescida de 0,1% (um décimo por cento) desse valor por dia de atraso;

multa de 1% (um por cento) do valor da contratação por infração a qualquer cláusula ou condição do Contrato, que não as especificadas nas alíneas anteriores deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

suspensão temporária de pagamento pendente previsto dentro do cronograma, quando do atraso injustificado na prestação do serviços, ou da impossibilidade do acesso ao *software*, por mais de 07 (sete) dias úteis consecutivos, até a resolução das pendências técnicas e operacionais.

INSTITUTO



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos de recusa de celebração do Contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo e pela recusa injustificada de manutenção dos compromissos assumidos na contratação;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de apresentação de documentação falsa, fraudar a execução do objeto ou cometer fraude fiscal.

A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo COFFITO.

Os valores das multas de mora poderão ser descontados da garantia contratual e/ou da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes no COFFITO em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Diretoria, devidamente justificado.

Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

As penalidades serão registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer

INDEFINIDA



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Em qualquer hipótese, o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

As penalidades de multa previstas no contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

A critério do COFFITO, as penalidades previstas poderão ser aplicadas cumulativamente

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o CONTRATANTE e o CONTRATADO não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito a Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, como competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

Por estarem assim justos e acordados, firmam o presente CONTRATO, redigido em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só eleito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília (DF), __ de _____ de 201_.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Dr. Roberto Mattar Cepeda
Presidente do COFFITO

XXXXXXXXXXXXXX
Cargo

FISCAL

PREPOSTO

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ASSINATURA: _____

ASSINATURA: _____